

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.286 - GO (2019/0276309-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
SUSCITANTE : **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **DIÓGENES MORTOZA DA CUNHA E OUTRO(S) - GO002395**
SCHELLA DE ALMEIDA MORTOZA - GO011361
FERNANDO JEANINE VITOR FREITAS - GO039493
LUCAS MOREIRA DE BARROS - GO035026
LAIS KAREN NASCIMENTO SANTOS - GO051760
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, FAZENDAS PÚBLICAS, REGISTROS PÚBLICOS E AMBIENTAL DE TRINDADE - GO**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 16ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO**
INTERES. : **IVANILTON RIBEIRO CARDOSO**
ADVOGADO : **ROBERTO ESTEVAM DE ARAUJO MAIA - GO044867**

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, em que é suscitante a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S.A., em recuperação judicial, e suscitados o JUÍZO DA 16ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA – GO e o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, FAZENDAS PÚBLICAS, REGISTROS PÚBLICOS E AMBIENTAL DE TRINDADE – GO, onde tramita a recuperação judicial.

A suscitante informa que ajuizou pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de Goiás, o qual foi deferido em 9/12/2018.

Aduz que (e-STJ fl. 5):

(...) apesar de informada a necessidade de suspensão da execução trabalhista de nº 0010021-34.2018.5.18.0016, em que a suscitante figura como executada, o MM. Juízo Trabalhista, além de não analisar o pedido de suspensão, ordenou o levantamento, pelo exequente, do depósito recursal, nos seguintes termos:

DESPACHO (...) Considerando a existência de depósito recursal na conta judicial nº 2555/042/21290317-8, efetuado em 12/11/2018 (f. 406), ou seja, antes do protocolo do pedido da recuperação judicial (06/12/2018), expeça-se alvará para liberação ao exequente.

Discorre sobre a competência do Juízo da recuperação e sobre a impossibilidade de outro órgão dispor do patrimônio da empresa recuperanda, sob pena de prejuízo para os credores habilitados.

Postula, em caráter liminar, a suspensão dos atos executórios no processo n. 0010021-34.2018.5.18.0016 e a "liberação e o levantamento de QUANTIAS colocadas a favor do JUÍZO TRABALHISTA SUSCITADO" (e-STJ fl. 13), até o julgamento definitivo do presente conflito. No mérito, pede o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

Liminar parcialmente deferida às fls. 791/794 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 798/845 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal, nos seguintes termos (e-STJ fl. 850):

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATOS CONSTRITIVOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. ART. 6º, § 2º e 47, DA LEI N. 11.101/2005. RETOMADA DAS EXECUÇÕES. FALTA DE RAZOABILIDADE.

O Juízo universal é o competente para os atos que importem em constrição do patrimônio da empresa em processo de recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Homenagem ao princípio da preservação da empresa.

Parecer pelo conhecimento do conflito, para que seja declarada a competência do MM. Juízo de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Públicas, Registros Públicos e Ambiental de Trindade – GO.

É o relatório.

Decido.

Segundo a orientação da Súmula n. 568/STJ, o relator pode decidir monocraticamente o conflito de competência quando exista jurisprudência dominante do Tribunal sobre o tema.

É esse precisamente o caso dos autos. Existem decisões unipessoais, em conflitos de competência envolvendo recuperações judiciais, falência e execuções individuais, da lavra de praticamente todos os Ministros integrantes da Segunda Seção do STJ. Confirmam-se: CC n. 121.327/DF, Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 2/5/2012, CC n. 102.613/SP, Ministro MASSAMI UYEDA, DJe 7/10/2011, CC n. 118.574/SP, Ministro SIDNEI BENETI, DJe 27/10/2011, CC n. 118.524/SP, Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 4/5/2012, CC n. 120.454/SP, Ministra ISABEL GALLOTTI, DJe 30/4/2012, CC n. 116.410/SP, Ministro VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 27/4/2012, e CC n. 120.829/RJ, Ministro MARCO BUZZI, DJe 3/5/2012.

Busca-se fixar o juízo competente para dispor sobre bens da empresa em recuperação judicial.

A legislação infraconstitucional atribui exclusividade ao juízo universal, onde é processada a recuperação judicial, para a prática de atos de execução do patrimônio, inclusive trabalhistas, a fim de evitar a efetivação de medidas expropriatórias individuais.

A jurisprudência do STJ – na vigência do Decreto-Lei n. 7.661/1945 ou da Lei n. 11.101/2005 – é pacífica quanto ao tema, conforme demonstram os seguintes precedentes:

Conflito de competência. Falência. Processo trabalhista. Depósito recursal. Levantamento.

1. Compete ao Juízo Falimentar decidir pedido de levantamento de depósito recursal efetuado pela falida, empregadora, nos autos de processo trabalhista. Irrelevante o fato do depósito ter sido efetuado antes da quebra. Decisão por maioria.
2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo suscitado.

(CC n. 32.836/MG, Relator Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/11/2001, DJ 31/3/2003.)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar.

(CC n. 101.477/SP, Relator Ministro MASSAMY UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/5/2010.)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. DEPÓSITOS RECURSAIS (CLT, ART. 899). POSTERIOR DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA EMPREGADORA. MOVIMENTAÇÃO E DESTINO DAS CONTAS RECURSAIS TRABALHISTAS. COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO UNIVERSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR. RECURSO DESPROVIDO.

1. No caso de sociedade empresária empregadora, cuja quebra venha a ser decretada posteriormente a depósito recursal realizado no curso de ação trabalhista, esta Corte já se pronunciou no sentido de que *"a destinação do numerário, inclusive em observância da par conditio creditorum, há de ser dada pelo juízo universal da falência"* (RMS 32.864/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 7/3/2012).

2. *In casu*, ademais, a determinação de transferência dos valores foi adotada porque se constatou não mais existir, em andamento, nenhuma demanda trabalhista contra a falida, não remanescendo, por isso, a possibilidade de utilização do depósito para seu objetivo recursal.

3. Recurso ordinário desprovido.

(RMS n. 34.604/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 31/3/2014.)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL X EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. LIQUIDAÇÃO E HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. NATUREZA EXTRACONCURSAL. DELIBERAÇÃO ACERCA DE VALORES RETIDOS A TÍTULO DE DEPÓSITO RECURSAL EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgInt no CC n. 152.280/GO, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2018, DJe 14/8/2018.)

Extraio do último precedente citado (AgInt no CC n. 152.280/GO) a seguinte fundamentação bastante elucidativa acerca da matéria:

Outrossim, não se sustenta a assertiva no sentido de que o depósito recursal efetuado perante o juízo laboral não poderia ser revertido para as recuperandas, ora agravadas,

Superior Tribunal de Justiça

nem tampouco disponibilizado ao juízo recuperacional, sob a alegação de compor o patrimônio do credor trabalhista e de ter sido realizado de forma voluntária, posto que é assente na jurisprudência desta Egrégia Corte que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei 7.661/45 ou da Lei 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo juízo universal, incluindo a deliberação acerca da destinação dos valores atinentes aos depósitos recursais feitos em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação.

Também no julgamento do AgInt no CC n. 152.900/SP, ocorrido em 23/5/2018, o em. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (Desembargador convocado do TRF 5ª Região) destacou em seu voto que "o Superior Tribunal de Justiça considera ser da competência precípua do Juízo singular apenas a apreciação e julgamento das ações ou homologação de acordos que se relacionem a créditos perseguidos em face de empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei 7.661/45 ou da Lei 11.101/2005, mas que, ultrapassada a fase de cognição, os valores, ainda que relativos a anteriores depósitos recursais ou penhoras, deverão ser habilitados, conquanto de forma retardatária, no Juízo Universal da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento" (SEGUNDA SEÇÃO, DJe 1º/6/2018).

Diante do exposto, CONHEÇO do presente conflito positivo de competência, a fim de DECLARAR COMPETENTE o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, FAZENDAS PÚBLICAS, REGISTROS PÚBLICOS E AMBIENTAL DE TRINDADE – GO para dispor sobre atos de constrição e expropriação referentes ao patrimônio da empresa em recuperação judicial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator